

## FORMAÇÃO HUMANA E LITERATURA NA BNCC

## HUMAN FORMATION AND LITERATURE IN BNCC

DOI: 10.18616/lendu.v8i1.9217

Celdon Fritzen  
*celdon@hotmail.com*<sup>1</sup>

### RESUMO

Na tradição moderna das Humanidades que conhecemos, a literatura é compreendida como uma experiência vicária que nos traz desinteressadamente, por meio da linguagem e representação artística, a possibilidade de exercício de liberdade. Por sua vez, promulgada em 2019, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) mantém a literatura como conteúdo do componente curricular de Língua Portuguesa. Ora, marcada pela gratuidade e estranheza, como a literatura convive com a proposição utilitária de ensino de Língua que encontramos da BNCC? Quais são os efeitos da apropriação do literário por uma lógica neoliberal sobre a subjetividade que se manifesta na experiência estética? O desenvolvimento reflexivo de questões dessa ordem é o que buscamos alcançar aqui, discutindo, a partir do intrincado e complexo cenário de mutações n mundo do trabalho, o lugar reservado para a literatura em relação a determinadas expectativas de formação de subjetividades em tempos neoliberais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação Humana. Literatura. BNCC.

### ABSTRACT

In the modern tradition of the Humanities, literature is understood as a vicarious experience that, through language and artistic representation, unselfishly offers the possibility of exercising freedom. The National Common Curricular Base (BNCC), established in 2019, continues to include literature as part of the Portuguese Language curriculum. However, given its association with gratuity and strangeness, how does literature coexist with the utilitarian approach to language teaching outlined in the BNCC? What are the effects of the neoliberal appropriation of the literary on the subjectivity expressed in the aesthetic experience? The goal of this paper is to explore these questions, reflecting on the intricate and complex landscape of transformations in the world of labor, while considering the role of literature in shaping subjectivities in neoliberal times.

**KEYWORDS:** Human formation. Literature, BNCC.

### 1 INTRODUÇÃO

Numa reflexão reunida em *Páginas de Estética e de Teoria Literárias*, Fernando Pessoa desvincula a obra de arte a qualquer fim moral. Se a moralidade existe na arte é somente como conteúdo, desobrigada de cumprir qualquer sorte de aprimoramento humano enquanto medida de seu valor. Pessoa defende que por meio do sentimento de prazer provocado pela experiência estética a arte visa à libertação do homem:

---

<sup>1</sup> Doutor em Teoria e História Literária pela UNICAMP, professor associado do DLLV da Universidade Federal de Santa Catarina

A arte suprema tem por fim libertar — erguer a alma acima de tudo quanto é estreito, acima dos instintos, das preocupações morais ou imorais.

A arte nada tem com a moral, quanto ao fim; tem, quanto ao conteúdo.

Toda a arte deve dar prazer — o tipo de prazer é que varia. A arte inferior dá prazer porque distrai, liberdade porque liberta das preocupações da vida; a arte superior menor dá prazer porque alegra, liberdade porque liberta da imperfeição da vida; a arte superior dá prazer porque liberta, liberdade porque liberta da própria vida.

Um assunto sexual deve ser tratado em arte de modo que não suscite desejo. Para suscitar desejos, serve melhor uma fotografia pornográfica. (Pessoa, 1996)

Das reflexões pessoais, depreende-se que o único compromisso moral da arte é com a liberdade, liberdade que em diferentes graus poder-se-ia com a experiência estética acessar: desde enquanto entretenimento, grau inicial de prazer, até o grau supremo, o libertar-se “da própria vida”. Podemos nos perguntar o que a declaração de Pessoa compreenderia por libertação de si mesmo e penso que poderíamos responder de duas maneiras.

Num nível amplo, poderíamos entender que Pessoa está se referindo à catarse, processo pelo qual me desloco de minha posição para a de outro quando vivencio o fenômeno artístico. Tal como ocorre na identificação do leitor com algum personagem, como afirma seu heterônimo Bernardo Soares: “A arte livra-nos ilusoriamente da sordidez de sermos. Enquanto sentimos os males e as injúrias de Hamlet, príncipe da Dinamarca, não sentimos os nossos — vis porque são nossos e vis porque são vis” (Pessoa, 1982).

Num nível mais específico, porém, creio que “libertar-se de si” possa ser pensado como a própria poesia dramática que nos legou Pessoa, a invenção do drama em gente que são seus heterônimos. Por meio deles, numa espécie de negação de si na invenção de outro, é como se Fernando Pessoa se libertasse da própria vida ao despersonalizar-se na palavra de outro.

De todo modo, seria possível inserir essas reflexões pessoais numa tradição moderna das Humanidades segundo a qual a arte é compreendida como uma experiência vicária que nos oferece, por meio da linguagem e representação artística, um exercício de liberdade. Perspectiva sobre o caráter relacionado da experiência estética à liberdade poderia ser observado, por exemplo, também no idealismo kantiano. Para esse, na medida em que o belo é um sentimento referido ao sujeito, vivenciado desinteressadamente em relação ao objeto, implica na superação de qualquer determinação exterior, facultando ao homem um agir incondicionado, livre.

Tal como Pessoa, Kant também estabelece diferentes graus de prazer proporcionados pela sensibilidade estética: junto com o belo, convivem o agradável e o bom. Mas, diferentemente do poeta português, nem todos libertariam em algum grau. Enquanto no agradável, diz Kant, o prazer está associado a interesses dos sentidos (caso de comer e beber, por exemplo); no bom, os interesses estão vinculados ao desejo de algum objeto determinado

pela razão. Ou seja, em ambos os casos é o interesse com relação à existência de algum objeto que condiciona o sujeito, enquanto no belo o sentimento apraz por si, livremente de interesses (Kant, 1993).

Já numa contraposição a essa perspectiva idealista de Kant e Pessoa sobre a qual repousa a experiência estética, Bourdieu (1996) afirmará que esta é necessariamente histórica, sujeita tanto às condições do campo estético quanto às disposições que nesse campo atuam. De tal forma que a arte desinteressada, a arte pela arte, deve ter sua gênese compreendida de maneira dependente ou no mínimo relacional: ela seria assim um resultado das condições históricas do século XIX, particularmente francês, em que os interesses de entretenimento da arte burguesa e de engajamento da arte social são confrontados pela perspectiva da arte pura que Flaubert, Baudelaire, Manet, entre outros, defenderiam. Junto a esse campo produtor, que solicitava autonomia para a criação estética frente ao valor econômico e político, também uma capacidade de recepção do público atingia um grau de formação histórica capaz de apreciar essas obras cujo mérito estava antes de tudo na forma. Para Bourdieu, a obra e o olhar puros são produzidos dentro de condições históricas específicas, com agentes se posicionando relativamente em disputa dentro de um campo artístico atravessado por diferentes disposições.

Diferentemente de Kant, que compreendia a liberdade do belo possível a partir de condições *a priori* que caracterizavam o sujeito do conhecimento, Bourdieu localiza a autonomia estética defendida por Baudelaire e afins como condicionada historicamente. A liberdade criativa consistindo em dar-se novas leis que devem reger a produção artística de maneira desinteressada tanto no valor de mercado como no valor moral que a arte burguesa e a arte engajada, respectivamente, almejavam.

Todavia, não é meu objetivo aqui fazer um debate comparativo entre posições idealistas e sociológicas sobre o conceito de arte, mas discutir o modo como essas questões são contempladas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Se as levanto é como modo de produzir um horizonte sobre o qual se possa avaliar a perspectiva desdobrada naquele documento. Também não pretendo aqui focar na BNCC a formação estética de modo geral, mas voltar-me para a avaliação do campo da formação do leitor de literatura. Claro que isso não será impeditivo para verificar como as noções de liberdade e autonomia são situadas no documento da BNCC em relação à experiência estética.

Para dar conta de abordar a relação entre literatura e formação humana, primeiramente tratarei de localizar a compreensão de literatura que o documento defende. A constatação da ausência de uma discussão sobre a autonomia da arte implicará que se aborde as noções de liberdade, autonomia junto ao ideário neoliberal em torno do qual a BNCC

estrutura a formação humana. Feita essa ponderação do papel utilitário dado à literatura junto com a compreensão de liberdade na BNCC como liberdade de empreender, a ideia é explorar os efeitos disso sobre a formação do leitor literário.

## **A LITERATURA COMO FRUIÇÃO NA BNCC**

Começemos, pois, por verificar qual é a perspectiva dada pela BNCC à literatura enquanto contributo na formação humana. Como sabemos, ela não é um componente curricular, mas está incorporada à Língua Portuguesa, dentro da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias. Ali, porém, diferentemente do aspecto autônomo e livre que se viu acima defendido em relação à experiência estética, o que se espera do contato dos estudantes com a literatura é que ela se desenvolva junto a eles a partir de uma função utilitária:

No âmbito do Campo artístico-literário, trata-se de possibilitar o contato com as manifestações artísticas em geral, e, de forma particular e especial, com a arte literária e de oferecer as condições para que se possa reconhecer, valorizar e fruir essas manifestações. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário, com especial destaque para o desenvolvimento da fruição, de modo a evidenciar a condição estética desse tipo de leitura e de escrita. Para que a função utilitária da literatura – e da arte em geral – possa dar lugar à sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora, é preciso supor – e, portanto, garantir a formação de – um leitor-fruidor, ou seja, de um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de “desvendar” suas múltiplas camadas de sentido, de responder às suas demandas e de firmar pactos de leitura. (Brasil, 2018, p.138)

A citação vem da abertura da discussão sobre os objetivos da Língua Portuguesa junto aos anos finais do Ensino Fundamental. A fruição então nos é apresentada como uma modalidade das práticas de linguagem vinculada ao eixo leitura<sup>2</sup>, especificamente leitura literária. Qual a diferença de fruir literatura das demais modalidades de leitura? Na área de Língua Portuguesa, o que diferencia a fruição pouco se apresenta de maneira esclarecedora, o que tem gerado críticas<sup>3</sup>. Uma definição sobre o que é concebido pela BNCC como fruição, porém, encontraremos na seção do componente curricular de Arte:

Fruição: refere-se ao deleite, ao prazer, ao estranhamento e à abertura para se sensibilizar durante a participação em práticas artísticas e culturais. Essa dimensão implica disponibilidade dos sujeitos para a relação continuada com produções artísticas e culturais oriundas das mais diversas épocas, lugares e grupos sociais. (p. 195)

---

<sup>2</sup> Além da leitura, estabelecem-se oralidade, produção de textos, análise linguística/semiótica como os eixos das práticas de linguagem na BNCC.

<sup>3</sup> Alguns consideram isso indefinição (Mendes, 2020); outros, abstração (Amorim & Souto, 2020); e, por fim, reducionismo da leitura à apenas recepção (Cosson, 2021).

Embora seja reservada quanto ao papel libertador da arte em relação à discussão inicial que fizemos sobre a experiência estética, a julgar pela definição de fruição acima, vê-se, porém, que a BNCC também enfatiza o sentimento de prazer provocado na sensibilidade dos sujeitos. Esse sentimento também se pode pensar em gradações que a fruição literária percorreria na formação, pois a sequência “deleite”, “prazer”, “estranhamento”, “abertura” implica em uma série que parte do imediatamente prazeroso em direção ao desprazer (estranhamento), culminando em maior receptividade para o diverso. Nesse percurso, depreende-se que a mediação da escola será responsável pela formação que faz do novo – nem sempre agradável de início – algo sensível e intelectualmente compreendido, o que gerará outro grau de prazer, mais elaborado, tornando os sujeitos abertos para ampliações de seu horizonte artístico-cultural. Talvez possamos dizer que fruição é uma atitude que se espera dos sujeitos diante das produções artísticas, que os dispõe a acolher o outro, o diferente, e assim – num processo em que muitas vezes prazer e desprazer antagonizam –, possam eles gradativamente adquirir formação estética.

Nesse aspecto, podemos aproximar a fruição ao que vimos antes como catarse, esse afastamento de mim para sentir o mundo a partir de outro, processo referido por Bernardo Soares quando lia *Hamlet*. Tal vivenciar de outro desencadeado pela leitura literária garantiria a ampliação da capacidade subjetiva de conviver com o diverso, poderíamos concluir.

A questão que, no entanto, não pode ser negligenciada é a de que fruição literária, nos termos em que nos é apresentada, é compreendida na BNCC como meio para um fim. Ou seja, a fruição é um modo de sensibilização vivenciado a partir da experiência estética que cumpre uma função, como acima diz o documento: “a função utilitária da literatura – e da arte em geral”. A que a fruição busca ser útil? À realização da “sua dimensão humanizadora, transformadora e mobilizadora” junto aos “leitores-fruidores”.

Ora, a questão que se pode então levantar é de que se tal perspectiva humanizadora seria compatível com a liberdade artística. Ou seja: a humanização como finalidade formativa garantiria a autonomia da arte em relação a interesses econômicos ou morais ou estaria a reboque deles? Desempenhada pela fruição literária, a humanização também realiza a liberdade junto aos sujeitos dessa experiência?

## O IDEÁRIO NEOLIBERAL EM TORNO DA BNCC

No que diz respeito à Língua Portuguesa há uma preocupação muito grande por parte da BNCC, por exemplo, de que os estudantes ao longo da sua formação sejam capazes de identificar e combater discursos de ódio que circulam no ambiente das redes sociais. Isso aparece como um problema a ser enfrentado tanto no Ensino Fundamental II como no Ensino Médio. Para superar a desinformação gerada pelo discurso de ódio, alimentada pelas “bolhas” e a pós-verdade, a BNCC defende o uso da reflexão sobre os limites da liberdade de expressão, sobre o que pode ser dito sem que o direito e dignidade do outro sejam com isso prejudicados: “É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários” (Brasil, 2018, p. 69)<sup>4</sup>. É o exercício da reflexividade, portanto, que garante que a liberdade de expressão por meio de argumentos éticos encontre limites nos quais possa operar sem reduzir o outro à coisa, sem desumanizá-lo. A reflexão apoia-se em uma racionalidade que faz uso da humanização como seu princípio de julgamento, portanto, de modo a garantir o exercício correto da liberdade de expressão.

Mas aqui, no sentido desinteressado em que no início vimos poder ou dever ser a experiência estética, liberdade não aparece como possível, posto que a experiência não é livre de determinação exterior: sua finalidade é fazer reconhecer o direito do outro à sua diferença, valorizar e respeitar a diversidade cultural. Embora possamos identificar nobreza nessa finalidade educativa, não se pode deixar de reconhecer que essa finalidade determina a experiência estética, condiciona a fruição para um interesse alheio ao fruir em si mesma da literatura, o que não deixa de implicar negativamente sobre o exercício de liberdade prometido pela arte.

Mas se do ponto de vista da experiência estética, liberdade e autonomia nunca são plenamente possíveis porque aquela está condicionada por uma função utilitária, isso não significa que estas não tenham seu campo de possibilidades previsto na BNCC. Onde a liberdade é concebida como um exercício possível?

Quando observamos o contexto em que liberdade e autonomia surgem no documento, é possível perceber que afora a abordagem crítica sobre a liberdade de expressão

---

<sup>4</sup> A preocupação que na citação acima se vê em relação ao Ensino Fundamental II, também permanece no Ensino Médio onde se lê: “Em que pese o potencial participativo e colaborativo das TDIC, a abundância de informações e produções requer, ainda, que os estudantes desenvolvam habilidades e critérios de curadoria e de apreciação ética e estética, considerando, por exemplo, a profusão de notícias falsas (fake news), de pós-verdades, do cyberbullying e de discursos de ódio nas mais variadas instâncias da internet e demais mídias” (p. 500). Também é de se mencionar que seguindo uma tradição liberal, em outros componentes curriculares o documento também se refere à liberdade de crença (Ensino religioso) e de pensamento (Filosofia).

acima, é no agir no mundo que deve ser desempenhado pelo sujeito da aprendizagem que os termos surgem recorrentemente. Explico: liberdade e autonomia vinculam-se sobretudo ao horizonte do empreendedorismo.

Liberdade surge como a condição que permitiria aos sujeitos da aprendizagem a construção de um projeto de vida, tal como se pode observar no texto da sexta competência geral relativa não apenas ao ensino de Língua Portuguesa, mas a toda Educação Básica:

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade. (Brasil, 2018, p. 09)

Essa competência da Educação Básica, sem mencionar isso diretamente, é capaz de nos fazer compreender mais profundamente o lugar da literatura na formação segundo a BNCC. Temos nela a disposição para a diversidade que antes vimos relacionada à fruição literária. Todavia, além da abertura para o diverso que caracterizaria o processo de humanização defendido pela BNCC e que vimos ser aproximável da catarse, temos um desdobramento prático do conhecimento em prol do projeto de vida do estudante. Toda “diversidade de saberes e vivências”, a que, como vimos antes, também se organiza a direção da fruição literária, agora se mostra em relação ao projeto de vida. É partir dele que as escolhas dos estudantes devem ser feitas, todas elas com “liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade”. Eis que encontramos os termos liberdade e autonomia com que abrimos nossas reflexões, mas agora não mais vinculadas ao prazer desinteressado da arte, da literatura, mas antes aos interesses do projeto de vida do sujeito aprendiz. Como se entende projeto de vida?

Na BNCC, o termo é objeto de uma seção dentro do Ensino Médio. Lá, se diz que o projeto de vida é um dos eixos fundamentais em torno dos quais a escola deve se organizar, acolhendo os jovens estudantes de modo a que adquiram uma base sólida de conhecimentos e valores que lhes fundamente o seu processo decisório. Essa cadeia de decisões tomadas pelo sujeito vai se constituir em torno de um horizonte a alcançar:

[O] projeto de vida é o que os estudantes almejam, projetam e redefinem para si ao longo de sua trajetória, uma construção que acompanha o desenvolvimento da(s) identidade(s), em contextos atravessados por uma cultura e por demandas sociais que se articulam, ora para promover, ora para constranger seus desejos. (p. 472)

Não é muito difícil aproximar a noção de projeto de vida à ideologia neoliberal. Num quadro em que o mundo do trabalho tem se alterado drasticamente nas últimas décadas

por razões diversas – plataformização, robotização de processos, redução de direitos, entre outras – o empreendedorismo tem sido louvado como a solução para o quadro de precarização. Com a instrumentalização neoliberal do Estado, a empresa tornou-se o ideal a ser universalmente perseguido pelos sujeitos (e até pelo próprio Estado), os quais devem reconhecer e adotar as melhores escolhas para fazer seu capital humano rentabilizar, devem saber se articular em projetos para alcançar metas propostas, devem buscar atualização constante de conhecimento, devem, em suma, empresariar-se.

A BNCC pressupõe que a ação dos sujeitos é soberanamente livre para constituir e implementar um projeto de vida capaz de garantir segurança ante às incertezas constantes que o mundo do trabalho tende cada vez mais a proporcionar. Daí que os estudantes devem ter em mente muito claramente a importância das escolhas que operam de modo a valorizarem seu capital humano. A empresa de si tornou-se o projeto de vida que deve muito cedo ser assumido pelos estudantes, fazendo com que a educação se torne um bem capaz de agregar valor a seu capital, o que torna as suas escolhas fundamentais para melhor se posicionar no mundo do trabalho (Laval, 2016). Daí a BNCC defender uma educação voltada à aquisição de competências genéricas (mensuradas por habilidades específicas) que

possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível, criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores. (p. 465)

Esse “salve-se quem puder” que a citação anuncia com a precarização das condições de estabilidade do mundo trabalho promovidas pelas políticas neoliberais é camuflado pela exaltação da liberdade prometida aos estudantes no processo formativo. Eles devem assumir um protagonismo cada vez maior em sua educação ao longo da Educação Básica porque assim melhor estarão preparados para a concorrência do livre mercado. Se falharem, a responsabilidade, como sabemos, sobre eles recai, posto que não souberam fazer as melhores escolhas, fizeram um mau uso de sua liberdade, portanto. Em face da necessidade de se mostrar competente e hábil para se inserir e reinserir nas constantes mutações do mundo do trabalho, desregulado pelas políticas neoliberais e constantemente reorganizado pelas inovações tecnológicas, pode-se dizer dos sujeitos dessa nova ordem social que eles são obrigados a ser livres, estão condenados à autonomia no mundo do livre mercado<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Tal compreensão paradoxal da liberdade neoliberal pode ser vista em Bröckling (2016, p. xiv): “O presente estudo mostra – e, nesse sentido, é sociologia econômica – como a economização atual do social deixa os indivíduos sem

## A LITERATURA NO PROJETO DE VIDA

Feito esse caminho – que, por um lado, situa o papel utilitário dado à literatura junto à humanização, o que limita, em contraste com nossa discussão inicial, seu potencial de liberdade, e, por outro lado, encontra a compreensão de liberdade na BNCC como liberdade de empreender a si num projeto de vida para o mundo do trabalho cada vez mais desprovido de segurança, – feito esse caminho, a ideia agora é explorar os efeitos disso sobre a formação do leitor literário. Ou seja, na dimensão do projeto de vida, qual papel se reservaria à literatura?

Antes, todavia de considerar essa pergunta, é necessário também dizer que a formação literária na BNCC não se apresenta de maneira unificada, mas, antes, com perspectivas muitas vezes desencontradas. Se como fruição literária é o modo mais recorrente com que se apresenta, isso não implica que outras possibilidades não lhe sejam coordenadas. É possível, por exemplo, ver a exploração da formação literária tanto a partir de teorias tradicionais como de modernas. Entre as primeiras, por exemplo podemos localizar as referências ao conhecimento de categorias narrativas (espaço, narrador, tempo etc) e de categorias formais para o estudo de poesia (verso, estrofe, ritmo etc), além do conhecimento de gêneros literários. É possível também acrescentar entre as teorias tradicionais referências feitas pela BNCC à história literária. Já entre as mais recentes, por exemplo, algo da ordem da Análise do Discurso e da Intertextualidade como teorias interpretativas também são mencionadas<sup>6</sup>.

Porém, nada ganha maior visibilidade na BNCC em relação à experiência literária que sua relação com a diversidade cultural. É em função dessa que todas as possibilidades de conhecimento literário antes apresentadas (mas não só elas) parecem se dar. Em relação ao sujeito da aprendizagem em seu projeto de vida empreendedor, todavia, como a abertura para a diversidade cultural pode ser potencializada? Dar utilidade econômica à literatura é uma tarefa que na BNCC parece se apresentar vinculada a duas possibilidades: à produção de conteúdo para redes sociais e à aquisição de autoconhecimento para gestão de si e de outros. Tais possibilidades se demonstram de modo mais claro na etapa do Ensino Médio.

Primeiramente, deve-se mencionar que entre os componentes curriculares apresentados na BNCC em nenhum deles a internet com suas formas de comunicação ganha tamanha visibilidade quanto em Língua Portuguesa. O ambiente das TDIC (Tecnologias

---

escolha livre, exceto escolher continuamente entre alternativas que não foram por eles mesmos escolhidas. Em outras palavras, as pessoas têm a liberdade imposta a elas” (Tradução livre).

<sup>6</sup> Sobre essas diversificadas abordagens veja-se: Brasil, (2018, p. 141).

Digitais da Informação e Comunicação) é constantemente ali referido. O que, num primeiro momento, é pertinente, posto que é a esse ambiente que as interações sociais têm se somado contemporaneamente. Contudo, afora a preocupação com a disseminação da pós-verdade, do discurso de ódio, da constituição de “bolhas”, o que se observa é um tom eufórico com as potencialidades das TDIC. Partindo do pressuposto de que a escola poderia compensar a deficiência de acesso às novas tecnologias da comunicação num país marcado pela desigualdade como o nosso, o mundo digital das redes sociais é celebrado constantemente pela BNCC como uma alternativa aos jovens para inserção no mercado de trabalho:

No Ensino Médio, por sua vez, dada a intrínseca relação entre as culturas juvenis e a cultura digital, torna-se imprescindível ampliar e aprofundar as aprendizagens construídas nas etapas anteriores. Afinal, os jovens estão dinamicamente inseridos na cultura digital, não somente como consumidores, mas se engajando cada vez mais como protagonistas. Portanto, na BNCC dessa etapa, o foco passa a estar no reconhecimento das potencialidades das tecnologias digitais para a realização de uma série de atividades relacionadas a todas as áreas do conhecimento, a diversas práticas sociais e ao mundo do trabalho. (Brasil, 2018, p.474)

Nesse ambiente digital no qual os jovens já culturalmente viveriam, numa espécie de quase naturalidade, a sugestão que vemos quanto à literatura é de que ela possa ser uma sorte de matéria prima sobre a qual os estudantes devem operar de modo a transformá-la, atualizá-la, reformatá-la a partir das “potencialidades das tecnologias digitais”. É o que podemos ver quando, em outro momento da discussão sobre o mundo digital, justamente se enfoca essa dimensão de produção de conteúdo proporcionada por esse aparato tecnológico:

Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir *playlists*, *vlogs*, vídeos-minuto, escrever *fanfics*, produzir *e-zines*, nos tornar um *booktuber*, dentre outras muitas possibilidades. (p. 68)

Tal expediente a que se insta os estudantes, a princípio, ativa os modos de apropriação protagonista desses, dialoga com as tais culturas juvenis a partir das tais culturas digitais, tudo o que a BNCC o tempo todo nos lembra de ser buscado como forma de melhor acolher os jovens. Mas essa forma de se relacionar com a literatura transforma-a num objeto para circulação num outro espaço, o digital<sup>7</sup>, e isso não ocorre sem que a potencial maior visibilidade que recebe possa padecer de um acréscimo pornográfico, para lembrar Fernando Pessoa. Acréscimo pornográfico seja porque o ambiente digital opera com regras que podem

---

<sup>7</sup> Não que a literatura não possa ser produzida a partir do suporte das tecnologias digitais, mas a sugestão que a BNCC opera é de que ela é vinculada a um mundo anterior, o do impresso.

competir com a autonomia das regras da arte, seja porque sua gratuidade pode se desfazer num universo em que a atenção é recompensada economicamente.

Essa euforia juvenil na BNCC com as TDIC, pouco discute esses processos em que a produção de conteúdos junto à circulação de mercadorias ocorre e os efeitos disso. As plataformas digitais, afora o perigo dos discursos de ódio que podem ser desarmados com uma boa formação crítica, são oferecidas pela BNCC na maior parte do tempo como um campo propício para os projetos de vida dos estudantes, a todo momento vendidas como um recurso pedagógico que se desdobra como perspectiva para o mundo do trabalho dos jovens.

No entanto, a sugestão de que a literatura é passível de ser operada pelas “potencialidades das tecnologias digitais” faz lembrar como uma vez Benjamin se referiu ao modo pelo qual o cinema se apropriava do passado histórico: associado à bilheteria, o cinema possuía o poder de ressuscitar os mortos<sup>8</sup>. Tal como o cinema, que se tornou um portento democrático comparado ao alcance restrito da recepção das obras sem reprodução técnica, presas a um aqui e agora, as novas tecnologias digitais operam agora num nível mais amplo de democratização, pois elas tornaram os processos de produção de conteúdo muito mais acessíveis e livres. Mas, ao mesmo tempo, em seu processo massificador, elas também destroem todo suposto valor de uso da tradição, ao tornar os objetos culturais ou históricos sujeitos a valor de troca. Tudo pode hoje migrar para o ambiente virtual, inclusive o trabalho e o seu valor. Mas sujeitos também às regras que lhe são impostas pelo mercado.

Essa produção de conteúdo para as redes que a BNCC sugere vem associada também a uma novidade a ser cultivada na formação do Ensino Médio: a escrita literária. Daí uma ênfase no documento de que os sujeitos da aprendizagem possam ser capazes de fazer escolhas, de modo geral, mas no campo da literatura também. Isso aparece já no Ensino Fundamental II (“Um sujeito que desenvolve critérios de escolha e preferências (por autores, estilos, gêneros) e que compartilha impressões e críticas com outros leitores-fruidores” (p.

---

<sup>8</sup> “Generalizando, podemos dizer que a técnica da reprodução destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido. Na medida em que ela multiplica a reprodução, substitui a existência única da obra por uma existência serial. E, na medida em que essa técnica permite à reprodução vir ao encontro do espectador, em todas as situações, ela atualiza o objeto reproduzido. Esses dois processos resultam num violento abalo da tradição, que constitui o reverso da crise atual e a renovação da humanidade. (...). Seu agente mais poderoso é o cinema. Sua função social não é concebível, mesmo em seus traços mais positivos, e precisamente neles, sem seu lado destrutivo e catártico: a liquidação do valor tradicional do patrimônio da cultura. (...)E quando Abel Gance, em 1927, proclamou com entusiasmo: "Shakespeare, Rembrandt, Beethoven, farão cinema... Todas as lendas, todas as mitologias e todos os mitos todos os fundadores de novas religiões, sim, todas as religiões... aguardam sua ressurreição luminosa, e os heróis se acotovelam às nossas portas" ele nos convida, sem o saber talvez, para essa grande liquidação” (Benjamin, 2012, p. 169).

156)), e culmina no Ensino Médio com a introdução da escrita literária como atividade exploratória:

Para encontrar modos de experimentar e posicionar-se, os estudantes podem participar de eventos e práticas artísticas coletivas, mediante sua própria produção artística, combinando a escrita literária com outras formas semióticas de expressão. Desse modo, eles podem expor suas preferências ideológicas e estéticas e consolidar um conjunto de valores e conhecimentos da língua e da arte. (p. 523)

Essa ênfase nas preferências do sujeito, as quais sugerem liberdade e autonomia de escolha por ele exercida, pode ser aproximada da dinâmica exigida do empreendedor de si em relação ao seu projeto de vida. Ele é a causa e o resultado dinâmico das escolhas que livremente perfaz e pelas quais ele é o responsável. Seu projeto de vida é um desdobramento do que escolhe em cada circunstância de modo a realizar suas metas. Daí a importância de saber selecionar num espaço de concorrência as melhores alternativas, descobrir as melhores informações, antecipar os movimentos alheios por meio de estratégias mais exitosas. Tudo isso, evidentemente exige um controle emocional muito atento, tanto de si quanto também dos membros que possam estar momentaneamente vinculados ao seu projeto de vida que, não vamos esquecer, é feito ao longo do seu percurso de uma rede de projetos, tanto pontuais quanto vinculados a outros sujeitos com os quais pode interagir em maior ou menor tempo. O projeto de vida do empreendedor de si é um tecido de projetos (BRÖCKLING, 2012, p. 170-195).

A escrita literária sugerida como prática expressiva pela BNCC tem também, portanto, um lugar no projeto de vida pelo seu caráter de autoconhecimento. Ela pode ser valiosa na gestão de emoções tanto de si como de outros, na medida em que é capaz de exercer uma forma de comunicação que outros gêneros discursivos não possuem:

O exercício literário inclui também a função de produzir certos níveis de reconhecimento, empatia e solidariedade e envolve reinventar, questionar e descobrir-se. Sendo assim, ele é uma função importante em termos de elaboração da subjetividade e das inter-relações pessoais. Nesse sentido, o desenvolvimento de textos construídos esteticamente – no âmbito dos mais diferentes gêneros – pode propiciar a exploração de emoções, sentimentos e ideias que não encontram lugar em outros gêneros não literários (e que, por isso, devem ser explorados). (Brasil, 2018, p. 504)

Dentro dessa perspectiva de um bem que pode ser contabilizado em suas relações interpessoais de modo a melhor gerenciar a si e aos próximos é que o desenvolvimento da escrita literária se manifesta como um desdobramento da fruição literária, da capacidade de construir preferências e justificá-las. A escrita literária como prática é também uma habilidade que pode franquear portas ao projeto de vida dos estudantes, desenvolver neles habilidades comunicativas que podem se mostrar relevantes para a gestão emocional. Ela pode, enfim, se

apresentar numa diversidade de recursos passíveis de rentabilização pelos sujeitos em seus projetos de vida que, como parece trair a citação, não devem deixar de ser explorados.<sup>9</sup>

## CONCLUSÃO

Por fim, é importante lembrar que não se trata de demonizar as mídias digitais nem a escrita literária como recursos de aprendizagem por si sós. Tratou-se aqui de verificar a relação deles com uma ideologia de fundo que sustenta a BNCC e que acaba por atingir a compreensão do literário de uma forma em que sua autonomia é comprometida em favor da suposta autonomia dos sujeitos de usá-lo para seus fins, seus projetos. Também nada se poderia recriminar quanto ao fato dos estudantes, num país com uma imensa maioria de pobres, encontrem soluções econômicas a partir da leitura literária. Isso seria hipócrita. O que se buscou mostrar e denunciar aqui é o artifício que faz da suposta liberdade de empreender de cada um a responsabilização por essa pobreza.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, M. A. de; SOUTO, V. A. G. A resignificação da leitura literária e do leitor-fruidor na BNCC: uma abordagem dialógica. **Bakhtiniana. Revista de Estudos do Discurso**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. Port. 98–121 / Eng. 95, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/47715>. Acesso em: 7 jun. 2024.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 165-196.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRÖCKLING, Ulrich. **The entrepreneurial self: fabricating a new type of subject**. London: Sage, 2016.

CECHINEL, André. “Multi, pluri, inter, trans: a BNCC e o naufrágio do literário sob o signo do múltiplo”. In: **Ensino de literatura na escola: reflexões e práticas de letramento literário**. Organizadores Celdon Fritzen, Fernanda Müller. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

COSSON, Rildo. Tal BNCC, qual ensino de literatura?. **Entrelaces**, Fortaleza, v. 12 n. 24, p. 34-52, 2021. Disponível em: [v. 12 n. 24 \(2021\): Dossiê “A linguagem literária em sala de aula”](#). Acesso em: 7 jun. 2024.

---

<sup>9</sup> Sobre escrita criativa e inteligência emocional, veja-se Cechinel (2022).

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

KANT, Immanuel. **Crítica da faculdade do juízo**. Trad. Valério Rohden e António Marques. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.

MENDES, Nataniel. BNCC e o professor de Literatura: água que corre entre pedras. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 63, p. 135–147, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/53725>. Acesso em: 7 jul. 2024.

PESSOA, Fernando. **Páginas de Estética e de Teoria Literárias**. (Textos estabelecidos e prefaciados por Georg Rudolf Lind e Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1966. p. 53. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1663> . Acesso em 16 abr. 2018.

PESSOA, Fernando. **Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. Vol.II. (Recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e Organização de Jacinto do Prado Coelho.) Lisboa: Ática, 1982, p. 518. Disponível em: <http://arquivopessoa.net/textos/1524> . Acesso em 16 abr. 2018.